



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RCD no HABEAS CORPUS Nº 562726 - CE (2020/0042284-9)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
REQUERENTE : GLEICIANE NUNES DA COSTA (PRESO)
ADVOGADO : PHABLO HENRIK PINHEIRO DO CARMO - CE032714
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração ajuizado em benefício de GLEICIANE NUNES DA COSTA contra decisão de minha lavra, por meio da qual indeferi a liminar pleiteada no presente *habeas corpus*.

Na petição, o impetrante invoca a Recomendação n. 62/CNJ de 17/3/2020, motivo pelo qual reitera o pedido de concessão da medida liminar.

Requer, assim, a reconsideração da decisão, para deferir a liminar a fim de que a prisão preventiva seja substituídas por medidas cautelares alternativas.

É o relatório.

Decido.

Nada a reconsiderar.

Conforme consignado na decisão que indeferiu a medida liminar, não é possível identificar, de plano, o constrangimento ilegal aventado.

Assim, a análise das questões aqui trazidas deve ser feita de forma detida e minudente, mostrando-se temerário concluir pela revogação da custódia em juízo perfunctório de delibação não exauriente a fim de justificar o deferimento da pretendida liminar.

Portanto, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas.

Ademais, verifica-se que a questão relativa à necessidade da soltura da paciente, ante o risco de contaminação pelo vírus COVID-19, não foi sequer submetida à análise das instâncias ordinárias, não podendo ser diretamente examinada por esta Corte Superior, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância.

Cabe lembrar que, nos termos do art. 4º da Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, a reavaliação da necessidade da manutenção da

prisão preventiva, cabe *"aos magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal"*.

Diante do exposto, indefiro o pedido de reconsideração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator